



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Judiciária
Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Preencha os alvéolos, na Folha de Respostas da Prova Objetiva, com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva será corrigido.
- Você deverá transcrever a Prova Discursiva, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: O texto abaixo refere-se às questões de números 1 a 3.

Toda crítica envolve uma militância, alertou o teórico francês Christian Metz em A significação do cinema. Toda crítica esconde camadas de subjetividade por baixo do seu manto solene de objetividade. De quando em quando, todo crítico é acometido por algum tipo de cegueira analítica: ora são afetos e relações pessoais que podem flexibilizar o rigor dos textos, ora são idealizações materializadas em artistas que se tornam a mais fiel tradução da própria militância.

O fato é que amo a crítica. Trabalhei durante muitos anos no jornalismo cultural e, por quase uma década, chefieei uma equipe de críticos atuando nas mais diferentes manifestações artísticas. Acredito piamente que o processo da arte só se realiza em sua plenitude no olhar erudito do crítico, que vai contextualizar determinada obra na história da humanidade, deslindando preciosidades estéticas, temáticas e filosóficas que, em muitos casos, passam despercebidas até mesmo para os próprios criadores.

Acho sinceramente que a crítica é um espaço de resistência fundamental nessa massacrante indústria cultural que tanto nos sufoca. Por mais que admire e respeite quem a exerce, nunca me arrisquei por esse caminho, com exceção de um breve período em minha juventude. Há diferentes tipos de crítico, mas sempre me interessei por aqueles que enveredam pelo ensaísmo. Não gosto, porém, de textos que transbordam de tanto entusiasmo diante de uma "obra-prima" nem dos cruelmente destrutivos, sem um único aceno de generosidade. Vale a advertência de Robert Bresson: "Não há louvação ou crítica demolidora que não parta de um equívoco".

(Evaldo Mocarzel. **Bravo!**, 187, março de 2013, p. 35, excerto)

1. O texto constitui

- (A) opinião crítica a respeito do importante trabalho exercido por alguns jornalistas na área das manifestações artísticas, especialmente na área relativa ao cinema.
- (B) exposição de ideias de cunho pessoal a respeito da função da crítica, amparadas em nomes reconhecidos, inclusive com emissão de juízos de valor, marcados pelo emprego da 1ª pessoa.
- (C) relato memorialista, marcado pela subjetividade da 1ª pessoa, sobre uma das atividades mais sujeitas a críticas desfavoráveis, como a de produção de filmes.
- (D) reprodução de parâmetros para a análise crítica a partir de opiniões de especialistas citados, com intenção pedagógica de defender a atuação de jornalistas nessa função específica.
- (E) valorização do trabalho desenvolvido no jornalismo pelo crítico de arte, com apoio de citações que justificam as afirmativas indiscutíveis, defendidas em 1ª pessoa.

2. Vale a advertência de Robert Bresson: "Não há louvação ou crítica demolidora que não parta de um equívoco".

Com a transcrição da advertência acima, o autor

- (A) retoma, apoiando-se em manifestação alheia, sua crença de que o processo da arte só se realiza em sua plenitude no olhar erudito do crítico, olhar esse que afasta as possibilidades de engano na avaliação da produção artística.
- (B) se propõe a desvalorizar quaisquer observações críticas a respeito de obras no ramo das manifestações artísticas, porque a crítica esconde camadas de subjetividade por baixo do seu manto solene de objetividade.
- (C) censura as observações críticas que se baseiam nas impressões subjetivas de quem as emite, a partir da constatação de que, evidentemente, toda crítica exprime a mais fiel tradução da própria militância.
- (D) reafirma a importância de seu próprio trabalho de crítico em que sempre considerou seus afetos e relações pessoais, assinalando, no entanto, que a crítica deve procurar envolver-se no manto solene de objetividade.
- (E) explora novamente, na conclusão do texto, o sentido da afirmativa de que ora são afetos e relações pessoais que podem flexibilizar o rigor dos textos, ora são idealizações materializadas em artistas que se tornam a mais fiel tradução da própria militância.

3. O autor acentua a importância do crítico ao

- (A) reconhecer, com a afirmativa de que *passam despercebidas até mesmo para os próprios criadores*, que nem sempre as inovações características de certas obras podem ser adequadamente apontadas e analisadas sob um ponto de vista crítico.
- (B) criar a imagem referente à qualidade dessa atuação – *por baixo do seu manto solene de objetividade* –, que expõe claramente a erudição indispensável a quem se dispõe a analisar a produção artística de diferentes autores, em qualquer época e lugar.
- (C) declarar que chefiou *uma equipe de críticos atuando nas mais diferentes manifestações artísticas*, o que lhe assegura não só a primazia no exercício dessa função, mas também o equilíbrio resultante do conhecimento acumulado durante todo esse tempo.
- (D) empregar o verbo **deslindar** – *deslindando preciosidades estéticas, temáticas e filosóficas* – que poderia ser corretamente substituído por outros verbos, como **pesquisar**, **investigar** ou **esquadrinhar**, sem prejuízo para o sentido original nem alteração da organização da frase.
- (E) apresentar seu testemunho com a frase *Por mais que admire e respeite quem a exerce*, que permaneceria correta, sem qualquer alteração, se o segmento sublinhado fosse substituído por: **que valorize e demonstre consideração**.



Atenção: O texto abaixo refere-se às questões de números 4 a 7.

A sustentabilidade do meio ambiente deve ser a meta buscada por qualquer indivíduo ou grupo que necessite de recursos naturais para sobreviver. E isso é um fato que não admite contestação.

Incorporar a premissa de respeito à natureza e do uso sustentável dos recursos naturais deve ser um trabalho constante e doutrinário frente às populações que habitam ou que trabalham nos campos e áreas rurais. Trabalhar para manter a biodiversidade local e evitar a erosão que destrói as áreas cultiváveis, além de ser economicamente viável, representa manter, por muito mais tempo, a terra em condições de gerar riquezas e de prover o sustento das populações que dela dependem.

Reciclar os dejetos oriundos das criações animais e dos refugos das plantações deve ser encarado não como custo ou gasto "a mais", mas sim como uma excelente oportunidade de gerar toda ou parte da energia necessária para executar as atividades econômicas a que se propõem e também como fonte de fertilizantes baratos e totalmente gratuitos, o que, sem dúvida, representará um salto na lucratividade de qualquer propriedade rural.

Garantir a sustentabilidade do meio ambiente é garantir, antes de qualquer coisa, que a fome, a pobreza e a miséria estarão afastadas definitivamente e, com isso, terminará a dura realidade que força as pessoas a praticar a exploração predatória dos recursos disponíveis em determinadas áreas. Pois, só com uma situação de vida regular, os habitantes de uma determinada região poderão tornar-se permeáveis às "novas ideias".

Levantar a bandeira da sustentabilidade do meio ambiente e promover nas comunidades rurais o pensamento de que essa é a única forma viável de manter suas atividades econômicas em condições de gerar riquezas por muito mais tempo e de forma continuada são os desafios mais pungentes dos governos e das organizações ambientais dos tempos atuais.

(Adaptado de: <http://www.atitudessustentaveis.com.br/consentizacao/desenvolvimento-sustentabilidade-meio-ambiente/>)

4. Para o autor do texto, a questão sustentabilidade deve
- pautar-se pelo uso respeitoso dos recursos naturais, seja na preservação da biodiversidade, seja na reutilização de refugos e excrementos.
 - restringir-se à promoção das comunidades rurais que poderão auferir seu sustento de uma exploração racional dos recursos naturais.
 - evitar o desperdício, mantendo a erosão e aproveitando melhor as áreas cultiváveis, o que determinará o fim da exploração predatória.
 - garantir as oportunidades de as pessoas executarem as atividades de sobrevivência independentemente das condições predatórias.
 - reciclar a biodiversidade para que não sejam destruídas áreas cultiváveis nem as pessoas fiquem impossibilitadas de proverem seu sustento.

5. Leia as frases abaixo.

- Os problemas advindos da exploração indiscriminada dos recursos naturais e das práticas predatórias em determinadas culturas; pode em muito pouco tempo, inviabilizar o uso de terras e a extração desses recursos naturais.
- O aquecimento global e o desequilíbrio que provocam, a aparição de pragas e de catástrofes climáticas passa, com toda certeza pelo desrespeito e por más práticas, em relação ao meio ambiente e aos processos adotados em nossas lavouras e criações.
- O efeito estufa, potencializado pela queima de combustíveis fósseis, tem colaborado com o aumento da temperatura no globo terrestre nas últimas décadas. Pesquisas recentes indicaram que o século XX foi o mais quente dos últimos 500 anos.

Tanto a concordância quanto a pontuação estão corretas APENAS em

- II.
- III.
- I e III.
- I e II.
- II e III.

6. *Reciclar os dejetos oriundos das criações animais e dos refugos das plantações deve ser encarado não como custo ou gasto "a mais", **mas sim** como uma excelente oportunidade de gerar toda ou parte da energia necessária **para** executar as atividades econômicas (...)*

Os termos em negrito podem ser substituídos, sem prejuízo do sentido e da correção, respectivamente, por:

- e – porém – a fim de
- mas – todavia – a fim de
- mas – porém – afim de
- e – entretanto – afim de
- porém – entretanto – a fim de

7. *Reciclar os dejetos oriundos das criações animais e dos refugos das plantações deve ser encarado não como custo ou gasto "a mais"; **mas sim como** uma excelente oportunidade (...)*

O termo **como** do texto acima tem o mesmo valor que em:

- Como garantir a sustentabilidade se não for possível afastarmos definitivamente a fome, a pobreza e a miséria?
- É preciso reciclar os dejetos oriundos das criações animais como nos foi ensinado nas palestras sobre sustentabilidade.
- Como a maioria dos biólogos, os ecologistas acreditam serem necessárias medidas urgentes para que se contenham os males do efeito estufa.
- O fato é que as autoridades não sabiam como poderiam resolver os problemas da exploração predatória das fontes de energia.
- Como tem sido criada uma consciência ecológica nos últimos anos, talvez seja possível reverter os efeitos do mau uso da energia.



8. Garantir aos nossos filhos a **sustentabilidade do meio ambiente** é a maior herança que poderíamos deixar **aos nossos filhos**; assim como livrar **os nossos filhos** da dura realidade da fome e da miséria que ainda afligem **algumas populações**.

Substituem-se corretamente os termos em negrito por pronomes em:

- (A) Garanti-las aos nossos filhos é a maior herança que poderíamos lhe deixar; assim como livrar-los da dura realidade da fome e da miséria que ainda lhes afligem.
- (B) Garantir-lhes aos nossos filhos é a maior herança que poderíamos deixar-lhes; assim como livrar-lhes da dura realidade da fome e da miséria que ainda afligem-nas.
- (C) Garanti-la aos nossos filhos é a maior herança que poderíamos deixar-lhes; assim como livrá-los da dura realidade da fome e da miséria que ainda as afligem.
- (D) Garantir-lhes aos nossos filhos é a maior herança que poderíamos lhes deixar; assim como lhes livrar da dura realidade da fome e da miséria que ainda as afligem.
- (E) Garanti-la aos nossos filhos é a maior herança que poderíamos lhe deixar; assim como os livrar da dura realidade da fome e da miséria que ainda afligem-lhes.

9. De acordo com as regras de concordância, a frase correta é:

- (A) Ainda existem pessoas menos esclarecidas que tem na exploração predatória dos recursos naturais sua renda.
- (B) Naquela tarde, haviam muitos estudantes mais exaltados se manifestando por medidas que garantiam a sustentabilidade.
- (C) Em outras épocas, não existia preocupações com a preservação das florestas, dos rios e, mesmo, da energia.
- (D) Na situação atual, é impossível não haverem pessoas que se preocupem com agricultura e economia sustentável.
- (E) Na ocasião, já fazia meses que os ambientalistas discutiam medidas para a contenção dos desmatamentos.

10. Não tenho dúvida os ambientalistas estejam procura de soluções sustentáveis agricultura e pecuária, mas é preciso reconhecer não é fácil encontrá-las. Parece que não há muito a fazer, as armas os ambientalistas combatem os desmandos não têm surtido os efeitos desejados.

As lacunas são preenchidas respectiva e corretamente por:

- (A) de que – à – para a – a – que – com que
- (B) que – a – na – na – de que – que
- (C) em que – à – para a – a – de que – que
- (D) de que – a – na – na – que – que
- (E) que – a – para a – na – de que – com que

Regimento Interno do TRT da 15ª Região

11. Um procedimento correicional pode ser instaurado pelo TRT da 15ª Região *ex officio*, a requerimento das partes e de qualquer interessado ou por determinação do Tribunal. É aspecto atinente a esse procedimento

- (A) impossibilidade de realização de correição parcial.
- (B) possibilidade do pedido de instauração ser verbal.
- (C) obrigatoriedade da suspensão do ato motivador do pedido.
- (D) possibilidade de interposição de agravo regimental pelo corrigente se não conformado com a decisão do Corregedor.
- (E) obrigatoriedade do cumprimento da decisão do Corregedor pelo Juiz de 1º Grau, sob pena de solidariedade.

12. As Seções Especializadas do TRT da 15ª Região serão compostas pelos Desembargadores do Trabalho. A SDC – Seção de Dissídios Coletivos é constituída pelo Presidente do Tribunal e pelo Vice-Presidente Judicial, a 1ª SDI – Seção de Dissídios Coletivos pelo Corregedor-Geral, a 2ª SDI – Seção de Dissídios Coletivos pelo Vice-Corregedor Regional, a 3ª SDI – Seção de Dissídios Coletivos pelo Vice-Presidente Administrativo, além de, respectivamente,

- (A) 13, 12, 12 e 13 Desembargadores.
- (B) 13, 12, 12 e 12 Desembargadores.
- (C) 12, 12, 12 e 12 Desembargadores.
- (D) 13, 13, 13 e 13 Desembargadores.
- (E) 12, 13, 13 e 13 Desembargadores.

13. Nos termos do Regimento Interno do TRT da 15ª Região, é regra atinente à eleição aos cargos de direção do Tribunal

- (A) a possibilidade dos 10 Desembargadores mais antigos e elegíveis concorrerem a cada cargo.
- (B) a ocorrência das eleições na seguinte ordem, se realizadas na mesma data: Presidente, Vice-Presidente Judicial, Vice-Presidente Administrativo, Corregedor Regional e Vice-Corregedor Regional.
- (C) mandatos de 2 anos.
- (D) possibilidade de uma reeleição.
- (E) escrutínio aberto.

**Matemática**

14. Em um Tribunal havia um percentual de 30% de funcionários fumantes. Após intensa campanha de conscientização sobre os riscos do tabagismo, 6 em cada 9 fumantes pararam de fumar. Considerando que os funcionários que anteriormente eram não fumantes permaneceram com essa mesma postura, a nova porcentagem de funcionários fumantes desse Tribunal passou a ser de
- (A) 8%.
(B) 12%.
(C) 10%.
(D) 16%.
(E) 14%.
15. Certo número de cestas básicas foram compradas para distribuir para alguns funcionários de uma empresa, sendo que cada funcionário que recebe a cesta receberá uma única cesta. Se as cestas fossem distribuídas para todos os funcionários do setor A, sobrariam 12 cestas. Se elas fossem distribuídas para todos os funcionários do setor B, faltariam 8 cestas. Se fossem distribuídas para todos os funcionários do setor C, não faltariam nem sobrariam cestas básicas. Nas circunstâncias descritas, o total de funcionários dos setores A, B e C dessa empresa, juntos, é igual ao
- (A) triplo do número de cestas básicas compradas, menos 4.
(B) triplo do número de cestas básicas compradas, mais 4.
(C) número de cestas básicas compradas, menos 4.
(D) número de cestas básicas compradas, mais 4.
(E) dobro do número de cestas básicas compradas, mais 20.
16. Renato dividiu dois números inteiros positivos em sua calculadora e obteve como resultado a dízima periódica 0,454545... . Se a divisão tivesse sido feita na outra ordem, ou seja, o maior dos dois números dividido pelo menor deles, o resultado obtido por Renato na calculadora teria sido
- (A) 0,22.
(B) 0,222...
(C) 2,22.
(D) 2,222...
(E) 2,2.
17. Rafael possui uma coleção de 48 CDs e 31 DVDs, parte dos quais ele destinará para doação. Da coleção ele ficará com 20 CDs e 10 DVDs, destinando o resto para doação. A doação será feita em caixas contendo sempre ao menos 1 CD e 1 DVD, não sendo necessário que o número de CDs de uma caixa seja igual ao de DVDs que ela contenha. Além disso, todas as caixas para doação devem conter, entre si, o mesmo número de CDs e de DVDs. Nas condições descritas, o maior número possível de caixas para doação será igual a
- (A) 9.
(B) 7.
(C) 3
(D) 6.
(E) 11.

Noções de Administração Geral/Pública

18. Segundo os idealizadores do *Balanced Scorecard* – BSC, Norton e Kaplan, as empresas têm utilizado essa metodologia para “alinhar os objetivos individuais e da unidade com a estratégia adotada pela empresa; vincular os objetivos estratégicos com as metas de longo prazo e com os orçamentos anuais; e revisar periodicamente a estratégia, focando o aprendizado e a melhoria desta”. O BSC prioriza o equilíbrio organizacional a partir de quatro perspectivas, entre as quais NÃO se insere a perspectiva
- (A) dos clientes: analisa como a organização é vista pelo cliente e como ela pode atendê-lo da melhor maneira possível.
(B) dos processos internos: refere-se aos processos de negócios em que a organização precisa ter excelência.
(C) do aprendizado e crescimento: analisa a capacidade da organização para melhorar continuamente e se preparar para obter sucesso no futuro.
(D) financeira: as medidas financeiras demonstram as consequências econômicas das ações consumadas.
(E) da mudança: corresponde ao mapa estratégico do BSC, decorrente do *feedback* institucional recebido.
19. Considere as afirmações abaixo a respeito do planejamento estratégico:
- I. Compreende a definição de missão (razão de ser), da visão (ideal desejado) e dos valores da organização.
II. Trabalha com três tipos de cenários (projeções de ambientes futuros): otimista, intermediário e pessimista.
III. Compreende, além da análise interna, a análise externa que identifica as características positivas e as deficiências da organização a partir de um *benchmarking*.
- Está correto APENAS o que se afirma em
- (A) I e II.
(B) II e III.
(C) I e III.
(D) I.
(E) III.
20. Denominam-se estruturas funcionais ou organizações funcionais as estruturas de organização departamentalizadas pelo critério funcional no primeiro nível. As funções principais, no primeiro nível, são:
- (A) recursos humanos; finanças; produção e vendas.
(B) planejamento; direção; comunicação e implementação.
(C) gerenciamento de pessoal; administração de projetos; produção e comercialização.
(D) produção; comercialização; finanças; e administração.
(E) planejamento; execução; controle e avaliação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

21. Considere as seguintes afirmações sobre a disciplina constitucional da Defensoria Pública como função essencial à Justiça:

- I. A Defensoria Pública é instituição à qual incumbe, por expressa determinação constitucional, prestar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.
- II. Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e admitido o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais apenas nas hipóteses estabelecidas em lei.
- III. Às Defensorias Públicas da União, do Distrito Federal e Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação às regras de encaminhamento da proposta previstas na Constituição em relação aos órgãos do Poder Judiciário.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

22. Lei federal que autorizasse os Estados a legislar sobre aspectos específicos de procedimentos em matéria processual seria

- (A) incompatível com a Constituição da República, por se tratar de matéria de competência legislativa concorrente, podendo os Estados até mesmo exercer competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades, na hipótese de inexistência de lei federal sobre normas gerais na matéria.
- (B) compatível com a Constituição da República, por se tratar de matéria de competência legislativa privativa da União, a quem compete delegá-la, nesses moldes, aos Estados.
- (C) compatível com a Constituição da República, desde que a autorização se dê por lei complementar, espécie normativa exigida para esse fim em relação às matérias de competência legislativa privativa da União.
- (D) incompatível com a Constituição da República, por se tratar de competência legislativa privativa da União, que não admite delegação aos Estados.
- (E) incompatível com a Constituição da República, por se tratar de matéria inserida na competência legislativa residual dos Estados, não se confundindo com matéria processual, esta sim de competência legislativa privativa da União.

23. Vigia noturno pretende promover ação judicial em face do Consulado-Geral de determinado Estado estrangeiro em São Paulo, com vistas à obtenção do reconhecimento do vínculo trabalhista e direitos daí decorrentes, em relação aos três últimos anos, durante os quais prestou serviços ao órgão em questão. Nesta hipótese, a Justiça do Trabalho é

- (A) incompetente para o processamento e julgamento da demanda, já que Estado estrangeiro não se submete à jurisdição trabalhista brasileira.
- (B) competente para o processamento e julgamento da demanda, mas incompetente para promover a futura execução do julgado, uma vez que Estado estrangeiro goza de imunidade de jurisdição relativa, mas de execução absoluta.
- (C) competente para o processamento e julgamento da demanda, bem como para promover a futura execução do julgado, em relação a todo o período a ser reclamado.
- (D) incompetente para o processamento e julgamento da demanda, mas competente para promover a futura execução do julgado, uma vez que Estado estrangeiro goza de imunidade de jurisdição absoluta, mas de execução relativa.
- (E) competente para o processamento e julgamento da demanda, bem como para promover a futura execução do julgado, embora parte do pedido já esteja prescrito.

24. Em 5 de novembro de 2013, foi submetida à apreciação da Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 349, com vistas a alterar o dispositivo constitucional relativo à irretroatividade da lei penal, para que passe a ter a seguinte redação: "a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu ou para punir ato infracional quando o agente atingir a maioria penal". Conforme consta do relatório de conferência de assinaturas, a PEC foi subscrita de maneira válida por 190 de um total de 513 Deputados Federais. Nesta hipótese, considerada a disciplina constitucional da matéria, a referida PEC

- (A) possui vício de iniciativa, por versar sobre matéria de iniciativa privativa do Presidente da República.
- (B) possui vício de iniciativa, por não ter sido subscrita pelo número mínimo de Deputados Federais, exigido pela Constituição, para propositura de PEC.
- (C) poderá, em tese, ser objeto de mandado de segurança proposto por parlamentar perante o Supremo Tribunal Federal, sob o fundamento de que seu conteúdo tende a abolir garantia constitucional fundamental.
- (D) deverá ser discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, no mínimo dois terços dos votos dos respectivos membros.
- (E) não poderá ser objeto de deliberação, por desrespeitar limite circunstancial imposto pelo constituinte originário ao poder de reforma.

**Direito Administrativo**

25. A exigência de garantias nas licitações e contratos administrativos é um dos meios para viabilizar o integral cumprimento do que a Administração pública pretende prover aos administrados. Essa imposição ao contratado, de acordo com o disposto na Lei nº 8.666/93,
- (A) não pode exceder a 20% do valor do contrato, sob pena de configurar excessiva oneração dos custos do privado.
 - (B) não pode exceder a 5% do valor do contrato, devendo, nos casos de contratações de grande vulto, a Administração impor exigências de outra natureza para se certificar de que as obrigações do privado serão adimplidas.
 - (C) permite à Administração pública contratante o recebimento direto dos valores relativos às multas e demais penalidades financeiras aplicadas ao contratado por descumprimento do contrato.
 - (D) onera os custos do privado, ensejando repasse direto e superveniente à Administração pública, mediante acréscimo direto dos valores pagos por essa pelo cumprimento do contrato.
 - (E) deve se limitar a casos excepcionais, de obras e serviços de grande vulto.
-
26. A Administração pública precisa adquirir determinada quantidade de café para consumo dos servidores e administrados de uma repartição pública. Pretende, no entanto, especificar o produto, para garantir certo grau de qualidade. Realizada a pesquisa de preços, apurou que o custo para a aquisição será da ordem de R\$ 8.000,00 (oito mil reais). Poderá
- (A) instaurar procedimento de licitação, sob a modalidade de concorrência ou leilão, para garantir a aquisição do produto pelo menor preço possível.
 - (B) realizar a aquisição diretamente, instruindo regular procedimento de dispensa de licitação.
 - (C) realizar a aquisição direta, de qualquer das empresas que tenham participado da pesquisa de preços, por meio de regular instauração de processo de inexigibilidade de licitação.
 - (D) promover a aquisição diretamente, independentemente de formalização de procedimento de dispensa ou de inexigibilidade de licitação, tendo em vista que a vantajosidade já está comprovada.
 - (E) instaurar procedimento de licitação, sob a modalidade de concorrência, podendo dispensar a licitação antes da adjudicação do objeto ao vencedor, caso se verifique que o valor apurado em pesquisa de mercado era inferior.
-
27. Diz-se, na linguagem comum, que o Poder Público responde civilmente com ou sem culpa. Quando se diz que a responsabilidade civil dos entes públicos é “sem culpa”, tecnicamente se está querendo explicar a modalidade de responsabilidade civil aplicável aos mesmos, ou seja, fazer referência à Responsabilidade
- (A) objetiva, modalidade de responsabilidade civil que prescinde de comprovação de culpa do agente público, embora não afaste a necessidade de demonstração do nexo de causalidade entre o ato e os danos por este causados.
 - (B) objetiva, modalidade de responsabilidade civil que independe da comprovação de culpa e nexo de causalidade entre ação ou omissão de agente público e os danos causados em decorrência desses.
 - (C) subjetiva, modalidade de responsabilidade civil que depende de comprovação de culpa do agente ou do serviço público para configuração do nexo de causalidade, aplicável nos casos de ação e omissão.
 - (D) objetiva ou subjetiva, aplicável a primeira nos casos de omissão e a segunda nos casos de atos comissivos praticados por agentes públicos, cuja culpa deve obrigatoriamente ser demonstrada.
 - (E) objetiva pura, que independe da existência de culpa, da comprovação de nexo de causalidade e não admite qualquer excludente de responsabilidade.
-
28. Uma autarquia municipal que prestava serviços de saneamento foi extinta, tendo em vista que o ente que a criou entendeu por transferir a execução desse serviço público à iniciativa privada. Disso decorre que
- (A) o decreto que extinguiu a autarquia deve disciplinar o destino dos bens dessa pessoa jurídica, da mesma forma que o decreto que a criou estabeleceu quais bens comporiam seu patrimônio.
 - (B) o superintendente da autarquia editou o ato de extinção do ente, na medida em que é a autoridade que representa interna e externamente o ente público.
 - (C) o ato que extingue a autarquia pode também dispor sobre a transferência da titularidade do serviço público para a iniciativa privada, autorizando a instauração de licitação para tanto.
 - (D) o patrimônio da autarquia reverterá ao ente que, por lei, a criou, caso o ato de extinção não tenha disciplinado de forma específica sobre o destino daqueles bens.
 - (E) os serviços que estavam sendo prestados pela autarquia serão excepcionalmente suspensos, até que o novo titular do serviço público tenha sido definido.
-
29. Robson é funcionário público federal e está classificado em São Paulo. Casou-se com Mariana, funcionária pública federal que estava classificada em São Paulo, mas foi removida de ofício para Campinas. Requereu, sob esse fundamento, remoção para Campinas. De acordo com a Lei nº 8.112/90, o pedido
- (A) pode ser indeferido por razões de interesse público, desde que devidamente fundamentado.
 - (B) deve ser deferido, tendo em vista que, nesse caso, a lei assegura esse direito, independentemente do interesse da Administração.
 - (C) pode ou não ser deferido, desde que presentes razões de interesse público, demanda e cargo vago em Campinas para classificar Robson.
 - (D) deverá ser indeferido, tendo em vista que a remoção de Mariana foi feita de ofício, para atendimento de interesse público, o que inexistia no caso de Robson.
 - (E) deve ser deferido, tendo em vista que os cônjuges são servidores da mesma esfera de governo, condição necessária para acolhimento do pedido.

**Direito do Trabalho**

30. Marta, Carla e Isabelle são empregadas do salão de cabeleireiro "NBN Ltda.". Marta e Isabelle foram contratadas em Janeiro de 2007 e Carla em Junho de 2007 para exercerem a função de auxiliar de cabeleireiro. Em Janeiro de 2008, Marta passou a exercer a função de cabeleireira tendo sido retificada a sua carteira de trabalho, bem como o seu salário que passou a ser de R\$ 3.500,00. Em Fevereiro de 2009, Carla também passou a exercer as funções de cabeleireira, exercendo tarefas exatamente iguais as funções de Marta, com a mesma perfeição técnica, mas a sua carteira de trabalho não foi retificada no tocante a função, apesar do salário de Carla ter alterado para R\$ 2.800,00. Isabelle, somente em Março de 2012 passou a exercer as funções de cabeleireira, exercendo também tarefas exatamente iguais as de Marta e Carla e com a mesma perfeição técnica, tendo sido retificada a sua carteira de trabalho, e alterado o seu salário para R\$ 2.500,00. Neste caso, no tocante a equiparação salarial, considerando que o referido salão não possui quadro organizado em carreira,
- (A) somente Isabelle possui o direito a equiparação salarial com Carla.
- (B) Carla e Isabelle possuem direito a equiparação salarial com Marta.
- (C) não há direito a equiparação salarial entre nenhuma das empregadas.
- (D) somente Isabelle possui o direito a equiparação salarial com Marta.
- (E) somente Carla possui direito a equiparação salarial com Marta.
31. Camila, empregada da empresa "DCC Ltda." recebe além de seu salário mensal, valor correspondente ao vale-cultura. Sua irmã, Fabrícia, empregada da empresa "FJL Ltda." recebe além de seu salário mensal, seguro de acidentes pessoais. Bernardo, pai de Camila e Fabrícia, empregado da empresa "ZXA Ltda." recebe além de seu salário mensal, assistência odontológica prestada diretamente pela empresa empregadora. Nestes casos, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) apenas a assistência odontológica é considerada salário.
- (B) são consideradas como salário todas as utilidades concedidas aos três empregados.
- (C) apenas o vale-cultura é considerado salário.
- (D) não são consideradas como salário nenhuma das utilidades concedidas aos três empregados.
- (E) apenas o vale-cultura e três seguro de acidentes pessoais são considerados salário.
32. O adicional de periculosidade, em regra, é pago com um acréscimo de
- (A) trinta e cinco por cento sobre o salário recebido pelo empregado, e comporá a remuneração para base de cálculo apenas das férias, décimo terceiro salário e aviso prévio indenizado.
- (B) vinte e cinco por cento sobre o salário recebido pelo empregado, e comporá a remuneração para base de cálculo do FGTS, férias, décimo terceiro salário e aviso prévio indenizado.
- (C) trinta por cento sobre o salário recebido pelo empregado, e comporá a remuneração para base de cálculo apenas do aviso prévio indenizado.
- (D) vinte e cinco por cento sobre o salário recebido pelo empregado, e comporá a remuneração para base de cálculo apenas do aviso prévio indenizado.
- (E) trinta por cento sobre o salário recebido pelo empregado, e comporá a remuneração para base de cálculo do FGTS, férias, décimo terceiro salário e aviso prévio indenizado.
33. A empresa "SAZ Ltda." rescindiu o contrato de trabalho de Patrícia com justa causa, alegando que a mesma praticou uma falta grave tipificadora desta espécie de rescisão contratual. A empregada, indignada, ajuizou reclamação trabalhista requerendo o reconhecimento da dispensa sem justa causa ou alternativamente o reconhecimento da dispensa por culpa recíproca. O magistrado reconheceu a rescisão contratual por culpa recíproca de ambas as partes. A empresa e Patrícia não recorreram e a decisão transitou em julgado. Neste caso, Patrícia receberá, além de outras verbas devidas,
- (A) na sua integralidade as férias proporcionais e décimo terceiro salário proporcional.
- (B) a multa do FGTS na proporção de 40% com a devida liberação, além do aviso prévio integral.
- (C) a multa do FGTS na proporção de 20% com a devida liberação, além de metade do aviso prévio, das férias proporcionais e do décimo terceiro proporcional.
- (D) o aviso prévio integral e a liberação do FGTS, sem o pagamento da correspondente multa.
- (E) a multa do FGTS na proporção de 20% com a devida liberação, além do aviso prévio na sua integralidade.
34. Rogério, empregado da empresa "ASD Ltda." foi eleito para o cargo de direção da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidente). Durante o seu mandato, a referida empresa encerrou as suas atividades em razão da morte de um de seus sócios, uma vez que ficou inviabilizada a continuação de suas atividades. Neste caso,
- (A) Rogério só terá direito a indenização do período estabilizatório se houver transcorrido mais da metade de seu mandato.
- (B) Rogério terá direito a indenização do período estabilizatório, uma vez que possui estabilidade desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato.
- (C) Rogério terá direito a indenização do período estabilizatório, uma vez que possui estabilidade desde o registro de sua candidatura até seis meses após o final de seu mandato.
- (D) Rogério terá direito a indenização do período estabilizatório, uma vez que possui estabilidade desde o registro de sua candidatura até um ano após a proclamação do resultado das eleições.
- (E) cessou a estabilidade de Rogério, que não fará jus a indenização do período estabilizatório.
35. A respeito do FGTS, considere:
- I. O conselho curador do FGTS é composto por representantes dos trabalhadores e dos empregadores que terão mandato de dois anos, vedada a recondução.
- II. A contribuição para o FGTS corresponde a 8% sobre a remuneração mensal devida ao empregado, inclusive horas extras e adicionais eventuais.
- III. O pagamento do período de aviso prévio, seja trabalhado ou indenizado, está sujeito a contribuição para o FGTS.
- IV. Ao completar 65 anos de idade o trabalhador poderá sacar a quantia depositada em seu FGTS.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
- (B) I, II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) II, III e IV.



36. Regis é empregado da empresa "FGF Ltda.". Regis presta serviços, durante a mesma jornada de trabalho, para a empresa empregadora e para a empresa "FTT Ltda.". empresa esta pertencente ao mesmo grupo econômico da empresa "FGF Ltda.". De acordo com entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, em regra, a prestação de serviços de Regis para a empresa "FGF Ltda." e para a empresa "FTT Ltda.", durante a mesma jornada de trabalho,
- (A) só configura a coexistência de dois contratos de trabalho, se Regis trabalhar mais de vinte e cinco horas semanais para a empresa "FTT Ltda", havendo controle de horário.
- (B) caracteriza a coexistência de dois contratos de trabalho em razão da simultaneidade na prestação de serviços.
- (C) só caracteriza a coexistência de dois contratos de trabalho, se Regis trabalhar mais de vinte horas semanais para a empresa "FTT Ltda", havendo controle de horário.
- (D) não configura a coexistência de dois contratos de trabalho.
- (E) só configura a coexistência de dois contratos de trabalho, se Regis receber ordens direta de superior hierárquico contratado pela empresa "FTT Ltda", bem como houver controle de horário.
-
37. Luana, José e Linda são empregados da empresa "PAR Ltda.". Entre o ano de 2012 e o ano de 2013, durante o período aquisitivo de férias, Luana deixou o seu emprego, mas foi readmitida 90 dias após a rescisão contratual; José permaneceu no gozo de licença, com percepção de salários, por 25 dias e Linda, em razão de problemas de saúde causados por cirrose hepática, percebeu da Previdência Social prestações de auxílio-doença por 4 meses descontínuos. Nestes casos, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) apenas Linda terá direito ao gozo de férias.
- (B) apenas Luana e José terão direito ao gozo de férias.
- (C) apenas Luana terá direito ao gozo de férias.
- (D) Luana, José e Linda, terão direito ao gozo de férias.
- (E) apenas José e Linda terão direito ao gozo de férias.
-
- Direito Processual do Trabalho**
38. Marta ajuizou reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora a empresa "LFB Ltda.", dando a causa o valor de R\$ 360.000,00. Após regular instrução processual a referida empresa foi condenada ao valor líquido de R\$ 130.000,00. A empresa pretende interpor Recurso Ordinário e já procedeu o depósito recursal devido, permanecendo com dúvidas a respeito do recolhimento das custas processuais. No presente caso, as referidas custas processuais
- (A) deverão ser recolhidas dentro do prazo para interposição do Recurso Ordinário no importe de R\$ 1.300,00.
- (B) deverão ser recolhidas dentro do prazo para interposição do Recurso Ordinário no importe de R\$ 2.600,00.
- (C) deverão ser recolhidas ao final, uma vez que para a interposição de Recurso Ordinário somente é necessário a realização do depósito recursal.
- (D) deverão ser recolhidas dentro do prazo para interposição do Recurso Ordinário no importe de R\$ 3.600,00.
- (E) deverão ser recolhidas dentro do prazo para interposição do Recurso Ordinário no importe de R\$ 650,00.
-
39. De acordo com a Lei nº 11.419/06, as intimações serão feitas por meio eletrônico em portal próprio, dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico. Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos autos a sua realização. A referida consulta deverá ser feita em até
- (A) 10 dias corridos contados da data do envio da intimação, sendo que para efeito da contagem deste prazo, o dia inicial é o primeiro dia útil posterior ao da disponibilização do ato de comunicação no sistema que tenha expediente no órgão comunicante.
- (B) 5 dias corridos contados da data do envio da intimação, sendo que para efeito da contagem deste prazo, o dia inicial é o dia seguinte ao da disponibilização do ato de comunicação no sistema, independentemente de esse dia ser, ou não, de expediente no órgão comunicante.
- (C) 10 dias corridos contados da data do envio da intimação, sendo que para efeito da contagem deste prazo, o dia inicial é o dia seguinte ao da disponibilização do ato de comunicação no sistema, independentemente de esse dia ser, ou não, de expediente no órgão comunicante.
- (D) 5 dias corridos contados da data do envio da intimação, sendo que para efeito da contagem deste prazo, o dia inicial é o primeiro dia útil posterior ao da disponibilização do ato de comunicação no sistema que tenha expediente no órgão comunicante.
- (E) 15 dias corridos contados da data do envio da intimação, sendo que para efeito da contagem deste prazo, o dia inicial é o primeiro dia útil posterior ao da disponibilização do ato de comunicação no sistema que tenha expediente no órgão comunicante.
-
40. Julia ajuizou reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora a empresa "DSE Ltda.". Em audiência as partes celebraram acordo, foi lavrado o termo, devidamente homologado e integralmente pago pela empresa reclamada no ato da celebração da avença. No dia seguinte, Julia se arrependeu da celebração do acordo acreditando que foi induzida pelo seu advogado e pelo advogado da empresa reclamada. Neste caso, Julia
- (A) poderá interpor Recurso Ordinário no prazo de oito dias, contados do dia da lavratura do termo, uma vez que as partes já saem devidamente intimadas.
- (B) poderá interpor Recurso Ordinário no prazo de oito dias, contados do dia útil seguinte a lavratura do termo.
- (C) somente poderá impetrar Mandado de Segurança, havendo direito líquido e certo amparado pela lavratura do termo.
- (D) somente poderá ajuizar Ação Rescisória para impugnar o termo de conciliação.
- (E) poderá interpor Agravo de Instrumento, no prazo de oito dias, contados do dia da lavratura do termo, uma vez que as partes já saem devidamente intimadas.
-
41. Hortência é Analista Oficial de Justiça Avaliador Federal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região. Em determinado processo, já em fase de penhora de bens, a empresa devedora não efetuou o pagamento da dívida de R\$ 40.000,00, bem como não nomeou bens à penhora. Hortência, ao diligenciar na filial da empresa reclamada, "Fazenda Águas Claras Ltda.", se depara com os seguintes bens: dois terrenos conjugados; 100 cabeças de gados; uma caminhonete; barras de ouro e maquinários para produção de café. Neste caso, em regra, preferencialmente, Hortência deverá penhorar
- (A) um dos terrenos.
- (B) a caminhonete.
- (C) as cabeças de gado.
- (D) as barras de ouro
- (E) os maquinários.



<p>42. De acordo com o entendimento Sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, incumbe à parte o ônus de provar, quando da interposição do recurso, a existência de feriado local que autorize a prorrogação do prazo recursal. E, na hipótese de feriado forense, incumbirá à autoridade que proferir a decisão de admissibilidade certificar o expediente nos autos, admitindo-se a reconsideração da análise da tempestividade do recurso, mediante prova documental</p> <p>(A) superveniente, apenas admitida arguição através de Agravo de Instrumento ou Embargos de Declaração.</p> <p>(B) preexistente, em Agravo Regimental, Agravo de Instrumento ou Embargos de Declaração.</p> <p>(C) superveniente, apenas admitida arguição através de Agravo de Instrumento.</p> <p>(D) preexistente, apenas admitida arguição através de Agravo de Instrumento.</p> <p>(E) superveniente, em Agravo Regimental, Agravo de Instrumento ou Embargos de Declaração.</p>	Direito Civil
<p>43. No tocante aos Embargos à Execução, considere:</p> <p>I. Em regra, garantia do juízo por meio de depósito ou nomeação de bens à penhora ou após a penhora coativa, representa requisito indispensável ao regular exercício do direito do devedor de oferecer embargos à execução.</p> <p>II. Os Embargos à execução no processo do trabalho, em regra, são processados nos mesmos autos da execução, sendo recebidos com efeito suspensivo, ficando a execução suspensa até o julgamento dos embargos.</p> <p>III. A compensação, em regra, deve ser arguida quando opostos embargos à execução.</p> <p>IV. Em sede de Embargos à Execução é impossível arrolar testemunhas, havendo expressa vedação legal na Consolidação das Leis do Trabalho.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e IV.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) I, II e IV.</p> <p>(D) III e IV.</p> <p>(E) I, II e III.</p>	<p>45. Alceu trabalha de segunda a quinta-feira, todas as semanas, em restaurante localizado em Cajamar. Nestes dias, reside com ânimo definitivo em apartamento situado em Jundiaí. Por sua vez, na sexta-feira e nos finais de semana trabalha em restaurante localizado em Itapira. Nestes dias, reside com ânimo definitivo em apartamento localizado em Campinas. Consideram-se domicílios de Alceu os lugares situados em</p> <p>(A) Cajamar e Jundiaí, apenas.</p> <p>(B) Jundiaí, apenas.</p> <p>(C) Cajamar, Jundiaí, Itapira e Campinas.</p> <p>(D) Itapira e Campinas, apenas.</p> <p>(E) Jundiaí e Campinas, apenas.</p> <p>46. Osmar obteve provimento judicial autorizando matrícula em curso de Ensino Superior independentemente do pagamento de quaisquer taxas, por sentença da qual não mais cabe recurso. No entanto, enquanto frequentava o curso, sobreveio Lei Municipal determinando que todos os estudantes do Ensino Superior deveriam pagar taxa destinada à alfabetização de adultos carentes. Osmar</p> <p>(A) será atingido pela nova lei, que previu efeito retroativo de maneira tácita.</p> <p>(B) será atingido pela nova lei, que possui efeito imediato e atinge todas as situações pendentes.</p> <p>(C) será atingido pela nova lei, tendo em vista tratar-se de norma de ordem pública.</p> <p>(D) não será atingido pela nova lei, mas seria se a norma tivesse previsto efeito retroativo de maneira expressa.</p> <p>(E) não será atingido pela nova lei, em razão da proteção conferida à coisa julgada.</p>
<p>44. Maria arrematou um terreno em leilão judicial pelo valor de R\$ 70.000,00. Maria depositou o sinal correto, mas após 2 dias da arrematação ela ainda não havia pago o preço da arrematação. Neste caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, Maria</p> <p>(A) perderá o sinal em benefício da execução.</p> <p>(B) ainda está no prazo legal para depositar o preço da arrematação que é de cinco dias.</p> <p>(C) ainda está no prazo legal para depositar o preço da arrematação que é de três dias.</p> <p>(D) terá direito a devolução do sinal, mas não poderá mais arrematar o mesmo bem em outro leilão.</p> <p>(E) terá direito a devolução do sinal, mas pagará multa administrativa no valor de um terço do valor dado a título de sinal.</p>	<p>47. Fábio é proprietário de um sítio no qual planta hortaliças. Roberto, seu vizinho, cria abelhas para a produção de mel. Segundo Fábio, porém, as abelhas de Roberto atrapalham a venda das hortaliças, afugentando seus clientes. Por tal razão, Fábio passou a utilizar agrotóxicos que, embora de venda permitida, sabidamente, além de protegerem a lavoura, matam as abelhas do vizinho. Depois de dizimadas as abelhas, Fábio voltou a utilizar os agrotóxicos que utilizava anteriormente e que não eram nocivos às abelhas de Roberto. Fábio cometeu ato</p> <p>(A) lícito, pois os agrotóxicos eram de venda permitida.</p> <p>(B) lícito, pois não é obrigado a tolerar atividade de vizinho que lhe traz prejuízos.</p> <p>(C) ilícito, pois, ao utilizar agrotóxico que dizimou as abelhas, quando poderia utilizar outro, seu ato excedeu manifestamente os limites impostos pela boa-fé, podendo Roberto postular indenização.</p> <p>(D) lícito, pois o ordenamento jurídico protege a livre iniciativa.</p> <p>(E) ilícito, pois agiu com dolo de prejudicar Roberto. Este, no entanto, não poderá postular indenização, pois Fábio agiu em legítima defesa de sua propriedade.</p>



48. Considere as proposições abaixo, a respeito do penhor:

- I. Em regra, o penhor se constitui pela transferência efetiva da posse. Contudo, há casos em que a coisa empenhada continua em poder do devedor, que deve zelar por sua guarda e conservação, a exemplo do que se dá no penhor de veículos.
- II. O credor é obrigado a devolver a coisa empenhada se o devedor pagar uma parte da dívida.
- III. A restituição da posse ao devedor faz presumir renúncia ao penhor.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

49. Alberto, locatário de prédio urbano, deixou de pagar a Gilberto, locador, o aluguel referente a março de 2009. Em março de 2010, porém, encaminhou carta a Gilberto informando que somente não efetuou o pagamento porque estava em dificuldades financeiras à época. Disse ainda não negar a dívida e prometeu pagá-la em breve. Entretanto, como Alberto não cumpriu o prometido, em fevereiro de 2013 Gilberto ajuizou ação de cobrança do aluguel de março de 2009. Em contestação, Alberto alegou prescrição. Alberto está

- (A) errado, porque não se ultimou o prazo prescricional, de 5 anos.
- (B) correto, porque o prazo prescricional somente teria sido interrompido se a manifestação de Alberto tivesse ocorrido em via judicial.
- (C) correto, porque apenas atos do credor interrompem o prazo prescricional.
- (D) errado, porque a carta encaminhada a Gilberto interrompeu o prazo prescricional.
- (E) correto, porque, ainda que seu ato tenha interrompido a prescrição, ultimou-se o prazo prescricional, de 1 ano.

Direito Processual Civil

50. Antônio ajuizou ação contra Fernando e requereu a citação, por mandado, no domicílio em que o réu tem residência. Fernando, porém, sabendo do ajuizamento da ação, passou a não mais atender à campainha e ao interfone, de modo que o oficial de justiça não o encontrasse para citação. Por três vezes o oficial de justiça foi ao local mas não conseguiu encontrar Fernando. Certo de que Fernando está se ocultando para evitar a citação, o oficial de justiça deverá

- (A) devolver o mandado sem cumprimento, certificando pormenorizadamente todo o ocorrido, a fim de que o juiz determine, de ofício ou a requerimento da parte, citação por hora certa ou por edital.
- (B) arrombar a porta da residência a fim de encontrar e citar pessoalmente Fernando.
- (C) comunicar o fato ao juiz e sugerir a citação de Fernando por hora certa.
- (D) intimar qualquer pessoa da família de Fernando, ou, em sua falta, algum vizinho, de que, no dia imediato, voltará a fim de realizar citação por hora certa.
- (E) certificar pormenorizadamente todo o ocorrido a fim de que o autor requeira a citação por hora certa.

51. Carlos venceu ação de indenização por acidente do trabalho contra a empregadora XIS Cosméticos. Por sua vez, quando do cumprimento da sentença, o juiz desconsiderou a personalidade jurídica de XIS Cosméticos e determinou a penhora dos bens de seu administrador, Alaor. Ao cumprir o mandado, o oficial de justiça constatou que Alaor possui um único bem imóvel urbano no qual reside com sua esposa, não escriturado como bem de família, além dos móveis que o guarnecem, equipamentos de uso profissional e algumas obras de arte, todos quitados. De acordo com lei especial que dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família, a penhora

- (A) deverá recair sobre todos os bens, incluindo o imóvel, por tratar-se de dívida decorrente de acidente do trabalho movida por empregado contra empregadora.
- (B) deverá recair apenas sobre as obras de arte, tendo em vista que os demais bens estão abrangidos pela impenhorabilidade do bem de família.
- (C) deverá recair apenas sobre os equipamentos de uso profissional e sobre as obras de arte, tendo em vista que os demais bens estão abrangidos pela impenhorabilidade do bem de família.
- (D) deverá recair sobre os móveis que guarnecem o imóvel, sobre os equipamentos de uso profissional e sobre as obras de arte, tendo em vista que apenas o imóvel está abrangido pela impenhorabilidade do bem de família.
- (E) não deverá ser realizada, tendo em vista que todos os bens estão abrangidos pela impenhorabilidade do bem de família.



52. Manoel realizou quatro compras, em dias distintos, no "Supermercado LM", pagando as três primeiras com cheques e prometendo, em documento assinado somente por ele, pagar a última em data certa e determinada. Os cheques foram devolvidos sem provisão de fundos e o compromisso escrito não foi honrado. Considerando não ter havido prescrição, e levando em conta que, se possível, a empresa pretende valer-se dos meios executivos de cobrança, os três cheques
- (A) poderão ser executados em uma única ação de execução e o compromisso escrito poderá ser objeto de ação monitória.
 - (B) poderão ser executados, porém necessariamente em ações distintas, e o compromisso escrito poderá ser objeto de ação monitória.
 - (C) e o compromisso escrito poderão ser executados em uma única ação de execução.
 - (D) e o compromisso escrito poderão ser executados, porém necessariamente em ações distintas.
 - (E) poderão ser executados, porém necessariamente em ações de execução distintas, e o compromisso escrito poderá ser objeto de ação de indenização.

53. Considere as afirmativas abaixo.

- I. O direito processual brasileiro é marcado pelo formalismo, não permitindo, por exemplo, o aproveitamento de ato não revestido da forma legal, mesmo que, de outro modo, tenha alcançado a finalidade e ainda que a lei não tenha cominado nulidade pela não observância da prescrição legal.
- II. O direito processual brasileiro não permite suprir a irregularidade de forma, o que se vislumbra, por exemplo, no fato de poder alegar nulidade até aquele que lhe deu causa.
- III. Por ser questão de ordem pública, o ato que não atende à forma deve ser repetido, com as formalidades legais, ainda que não tenha trazido prejuízo às partes.

Está INCORRETO o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas
- (C) I e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

54. Renan teve penhorado o microcomputador pessoal em ação de execução ajuizada contra sua mãe. Realizada a penhora, o bem passou à posse do credor. Para reaver a posse do bem, Renan, instruindo a petição inicial com prova da posse, deverá ajuizar
- (A) ação de reintegração de posse, no âmbito do qual o juiz, depois de justificação prévia, determinará a expedição de mandado de restituição do microcomputador, que será recebido por Renan independentemente da prestação de caução.
 - (B) ação pauliana, no âmbito da qual o juiz, se julgar procedente o pedido, anulará a penhora incidente sobre o microcomputador.
 - (C) ação de reintegração de posse, no âmbito da qual o juiz, liminarmente ou depois de justificação prévia, determinará a expedição de mandado de restituição do microcomputador, que será recebido por Renan depois de prestada caução.
 - (D) embargos de terceiro, no âmbito do qual o juiz, depois de justificação prévia, determinará a expedição de mandado de restituição do microcomputador, que será recebido por Renan independentemente da prestação de caução.
 - (E) embargos de terceiro, no âmbito do qual o juiz, se julgar suficientemente provada a posse, determinará a expedição de mandado de restituição do microcomputador, que será recebido por Renan depois de prestada caução.

55. Em relação ao processo de execução, é correto afirmar:

- (A) A petição inicial da ação de execução prescinde da juntada do título executivo.
- (B) É possível que ocorram várias penhoras sobre um mesmo bem.
- (C) O processo executivo não admite emenda à petição inicial.
- (D) A propositura da execução não interrompe a prescrição.
- (E) O credor precisa indicar, na petição inicial da execução, o valor atualizado do débito, mas a cobrança da correção monetária deve ser feita em processo autônomo.



56. No que toca aos procedimentos cautelares específicos, é correto afirmar:
- (A) a busca e apreensão pode recair sobre coisas, mas não sobre pessoas, salvo se incapazes.
 - (B) se houver *periculum in mora*, o arresto é sempre deferido de plano, independentemente de caução, seja quem for o autor da ação.
 - (C) se houver receio de que a prova venha a se tornar impossível na pendência da ação principal, a produção antecipada pode consistir inclusive em exame pericial.
 - (D) realizado o sequestro, o juiz nomeará como depositário necessariamente o autor da ação.
 - (E) a exibição não tem lugar contra o inventariante.

Direito Previdenciário

57. Relativamente ao custeio da seguridade social, na execução da dívida ativa da União, suas autarquias e fundações, a penhora dos bens indicados pelo exequente será efetivada
- (A) após o decurso do prazo de até cinco dias para o executado pagar ou garantir o juízo.
 - (B) após o decurso do prazo de até oito dias para o executado pagar ou garantir o juízo.
 - (C) após o decurso do prazo de até quinze dias para o executado pagar ou garantir o juízo.
 - (D) concomitantemente com a citação inicial do devedor.
 - (E) simultaneamente à mera expedição do despacho inicial do Juiz que deferir a inicial.

58. Relativamente ao custeio da seguridade social, nas execuções fiscais da dívida ativa, se não houver licitante no primeiro e no segundo leilões judiciais, o INSS ou a União:
- (A) poderão adjudicar o bem penhorado por 50% do valor da avaliação.
 - (B) poderão adjudicar o bem penhorado pelo valor da avaliação.
 - (C) poderão adjudicar o bem penhorado por 2/3 do valor da avaliação.
 - (D) deverão adjudicar o bem penhorado, se, por decisão fundamentada do Juízo, for ele de difícil venda e puder ser utilizado pelo credor.
 - (E) ficarão como fiéis depositários do bem penhorado, realizando a respectiva remoção, até que o negocie administrativamente por qualquer valor, excetuado o vil.

59. O regime de previdência complementar dos servidores públicos será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, observados os princípios e regras constitucionais aplicáveis ao regime de previdência privada, no que couber, por intermédio de entidades
- (A) abertas ou fechadas, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida.
 - (B) abertas, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de benefício definido.
 - (C) fechadas, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida.
 - (D) fechadas, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios na modalidade de contribuição variável.
 - (E) fechadas, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios na modalidade de benefício definido.

60. Ressalvados os planos em extinção, patrocinadores de planos de benefícios de entidades fechadas têm o dever de oferecê-los:
- (A) apenas aos empregados subordinados, mas a todos eles, ainda que seus salários sejam inferiores ao teto de benefícios fixado para o regime geral de previdência social.
 - (B) apenas aos empregados subordinados, mas desde que seus salários sejam superiores ao teto de benefícios fixado para o regime geral de previdência social.
 - (C) a empregados, gerentes, diretores, conselheiros ocupantes de cargo eletivo e outros dirigentes, desde que ganhem acima do teto de benefícios fixado para o regime geral.
 - (D) apenas aos empregados, gerentes e diretores que sejam considerados elegíveis ao plano, segundo critérios uniformes e não-discriminatórios objetivamente fixados em regulamento.
 - (E) a todos os empregados, gerentes, diretores, conselheiros ocupantes de cargo eletivo e outros dirigentes.

**PROVA DISCURSIVA**Instruções gerais:

Conforme Edital publicado, capítulo IX, item 8, será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva que, na Folha de Resposta Definitiva:

- a) for assinada fora do local apropriado;
- b) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato;
- c) for escrita à lápis, em parte ou em sua totalidade;
- d) estiver em branco;
- e) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível.

Deverão ser rigorosamente observados os limites de linhas da Folha de Resposta Definitiva.

Em hipótese alguma será considerada pela Banca Examinadora a redação escrita neste rascunho.

Redija seu texto final na Folha de Resposta Definitiva da Prova Discursiva.

QUESTÃO 1

Paulo é Oficial de Justiça Avaliador do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região. Na reclamação trabalhista "A", já em fase de execução de sentença, Paulo, de posse do mandado de citação, penhora e avaliação, dirigiu-se à sede da empresa e citou o representante legal. Passados 48 horas, a empresa reclamada não efetuou o pagamento da dívida, não efetuou depósito judicial e não nomeou bens à penhora.

Neste caso, responda, fundamentadamente, como Paulo deverá proceder, descrevendo e indicando os aspectos formais e legais do ato a ser praticado, bem como os limites da sua atuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**QUESTÃO 2**

José é Oficial de Justiça Avaliador do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e no exercício de suas funções, em cumprimento a mandado expedido na reclamação trabalhista "X", penhorou a casa de Eliseu, situada na Rua das Flores, nº 237. Eliseu ficou indignado com a penhora de sua casa uma vez que não possui qualquer relação com a reclamação trabalhista em que foi determinada a penhora, descobrindo que o seu vizinho, morador da casa nº 327, é que é o proprietário da empresa reclamada.

Neste caso, considerando que o processo encontra-se em fase de execução de sentença, bem como que a penhora foi regularmente formalizada por José, responda fundamentadamente qual a medida judicial que deverá ser tomada por Eliseu, mencionando a respectiva fundamentação legal, indicando até quando poderá ser proposta e descrevendo o seu procedimento legal.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	